



O PAPEL DA UNIVERSIDADE NA PROTEÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL ARQUITETÔNICO: As experiências através da documentação arquitetônica do Curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Católica de Pelotas.

LUCKOW, Daniele Behling (1); ALMEIDA, Joseane da Silva (2); ZAMBRANO, Laura Gomes (3)

1. Universidade Católica de Pelotas. Centro de Ciências Sociais e Tecnológicas. Curso de Arquitetura e Urbanismo
daniele.luckow@ucpel.edu.br
2. Universidade Católica de Pelotas. Centro de Ciências Sociais e Tecnológicas. Curso de Arquitetura e Urbanismo
joseane.almeida@ucpel.edu.br
3. Universidade Católica de Pelotas. Centro de Ciências Sociais e Tecnológicas. Curso de Arquitetura e Urbanismo
laura.zambrano@ucpel.edu.br

RESUMO

A documentação arquitetônica tem um papel essencial na preservação do patrimônio cultural na salvaguarda da memória de um acervo de bens, mas também é um instrumento para ações de intervenções. A academia, em seus cursos afins, tem sido um importante meio para a produção dessa documentação contribuindo para preservação, tanto pelo resgate da memória como embasamento de legislações e intervenções. O objetivo deste trabalho é refletir sobre o papel da universidade, especificamente do curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Católica de Pelotas, através da sua atuação na documentação arquitetônica do patrimônio cultural arquitetônico. A cidade de Pelotas – RS apresenta uma trajetória significativa em relação à preservação do Patrimônio Cultural e nesse contexto o curso tem contribuído, em virtude do seu caráter comunitário, para a preservação do acervo de bens. A prática da documentação, a partir da integração entre o ensino, pesquisa e extensão, possibilitou a atuação em casos que abordam os diferentes objetivos da documentação em si, com a elaboração de estudos para a proteção de bens ou de apoio para intervenções. A reflexão a partir da experiência desenvolvida têm permitido, no âmbito da academia aliar a teoria à prática, e na documentação abordá-la como um instrumento de proteção.

Palavras-chave: Documentação; Arquitetura; Pelotas.

Abstract

Architectural documentation plays an essential role in preserving cultural heritage and safeguarding the memory of a collection of properties, but it is also an instrument for intervention actions. The academy has been an essential medium for producing this documentation in its related courses, contributing to preserving it through memory recovering and as the basis for legislation and interventions. This work aims to reflect upon the performance of the university, mainly the Architecture and Urbanism course of the Universidade Católica de Pelotas, through its role in architectural documentation of the architectural cultural heritage. The city of Pelotas, in the Brazilian state of Rio Grande do Sul, holds a significant trajectory concerning cultural heritage preservation. In this context, the course mentioned above has contributed to preserving the collection of properties due to its

community character. From the integration between teaching, research, and university extension, the documentation practice made it possible to act in cases that address the different purposes of the documentation itself, with the elaboration of studies for heritage protection or support for interventions. The reflection from the experience developed has allowed the academy to combine theory with practice and approach it as a protection instrument in the documentation.

Key-words: *Documentation; Architecture; Pelotas.*

INTRODUÇÃO

Este texto aborda a experiência do Curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Católica de Pelotas no trabalho com a documentação arquitetônica a partir de um enfoque prático, como ferramenta auxiliar na preservação do patrimônio cultural arquitetônico. O objetivo do artigo é refletir a partir do trabalho desenvolvido ao longo dos anos pelo curso sobre o papel da universidade na proteção do patrimônio, tendo como meio a produção de documentação arquitetônica.

Para uma melhor explanação sobre o tema será apresentada primeiramente uma caracterização da documentação arquitetônica e sua relação com a universidade. Em seguida uma contextualização de Pelotas, para a compreensão da relevância do município frente ao cenário nacional e regional da preservação do patrimônio bem como a importância do tema para a cidade. Para então tratar a atuação do curso de arquitetura e Urbanismo da UCPel no campo da preservação destacando os objetos estudados, a metodologia adotada e os resultados alcançados, principalmente no que se refere aos produtos entregues a comunidade. E, por último refletir sobre a relação entre a universidade e a documentação arquitetônica como meio de contribuição prática da academia para a comunidade, quer os docentes da instituição, os gestores ou a população da cidade.

A DOCUMENTAÇÃO ARQUITETÔNICA E A UNIVERSIDADE

A documentação arquitetônica pode ser entendida, segundo o professor Ariovaldo Leão de Amorim, como: “[...] um processo contínuo e sistemático de aquisição, tratamento, indexação, armazenamento, recuperação, publicação e divulgação de dados e informações gráficas e não gráficas, e seus metadados, sobre as edificações para os mais variados usos.” (2010, p. 10) Corresponde assim a uma metodologia que parte de um conjunto de processos de coleta e tratamento de informações de uma construção capaz de atender aos mais diversos fins. O primeiro passo, a coleta, se dá através dos levantamentos históricos e cadastrais e o tratamento pela graficação, diagnósticos e relatórios.

As distintas finalidades dessa documentação remetem a sua caracterização a partir de dois enfoques: o teórico e o prático. O teórico através de seu papel como instrumento de conhecimento e o prático pelo uso como ferramenta para a

preservação. Como instrumento de conhecimento representa o registro da memória de um acervo de bens. Pensando no aspecto da memória, mais especificamente da arquitetônica, esta seria a mais completa, por permitir um mergulho profundo na forma de vida do passado. (Mendonça, 2012, p.4) Os registros realizados, desde a antiguidade, permitiram que se mantivessem vivas informações das muitas culturas e modos de vida, em alguns casos a sua iconografia (representação) podem representar o único meio de conhecimento visto que o objeto real pode não existir mais. A documentação também pode ser vista como um meio de conservação indireta de um conjunto de bens. Visto que a salvaguarda definida, conforme a Carta de Restauro, como qualquer medida que não implique em intervenção direta sobre a obra (1972, p.1) contempla as ações de conservação. E, a forma indireta ocorre quando for um conjunto de operações de conhecimento e análise, com o objetivo de retardar ou impedir a intervenção direta da própria conservação (manutenção ou reparos) ou de restauração (Gonzales-Varas, 2000, pp.74-75).

Como ferramenta de preservação pode-se relacionar a documentação arquitetônica com as ações de intervenções em edificações e conjuntos de interesse cultural. Viollet-Le-Duc, já destacava o papel dos levantamentos gráficos para respaldar os procedimentos de restauro (2000, p.54) e no anexo B, com instruções para critérios de restauro arquitetônico, a Carta de restauro destaca a precedência de “um exaustivo estudo sobre o monumento” (1972, p.9). Esses levantamentos ou estudos, nada mais são do que a documentação arquitetônica, que apesar dessas referenciais, tanto nos teóricos como nas cartas, tem sido estudada muito mais como instrumento de conhecimento do que como ferramenta de preservação. A universidade, em seus cursos afins, tem sido um importante meio para a produção dessa documentação para resgate da memória dos bens, mas ela também pode e já atua para que esta documentação possa assumir o seu papel na preservação do acervo, como forma de embasamento para legislações e futuras intervenções. A academia pode servir como uma ponte entre a teoria e a prática, a partir de sua relação com o poder público e a comunidade, capaz de promover, embasar e apoiar as diferentes práticas relacionadas ao tema da proteção do patrimônio. Em um contexto com um acervo expressivo, medidas de preservação integradas ao planejamento urbano, aliada a atuação da Universidade na comunidade, como

acontece na cidade de Pelotas-RS, é possível refletir sobre a documentação arquitetônica e a preservação do patrimônio.

O CONTEXTO DA ATUAÇÃO: PELOTAS-RS

A formação urbana de Pelotas, no sul do Rio Grande do Sul, está relacionada ao desenvolvimento econômico gerado pela produção do Charque que transformou a cidade em uma das mais importantes do estado até as primeiras décadas do século XX. Desta forma boa parte do acervo de bens culturais pertence a esse período, mas foi somente nos últimos 40 anos que medidas para garantir a preservação deste acervo de bens do patrimônio cultural em Pelotas passaram a ser aplicadas. No final dos anos de 1970 com o tombamento a nível federal de três casarões ecléticos (nº 2, 6 e 8) localizados na Praça Coronel Pedro Osório e Carta de Pelotas, uma iniciativa da seção do Rio Grande do Sul do Instituto de Arquitetos do Brasil e do professor Adail Bento Costa, que teve repercussão na preservação de alguns prédios representativos da memória do período do charque na cidade que se inicia efetivamente a proteção deste acervo. (Figura 01)

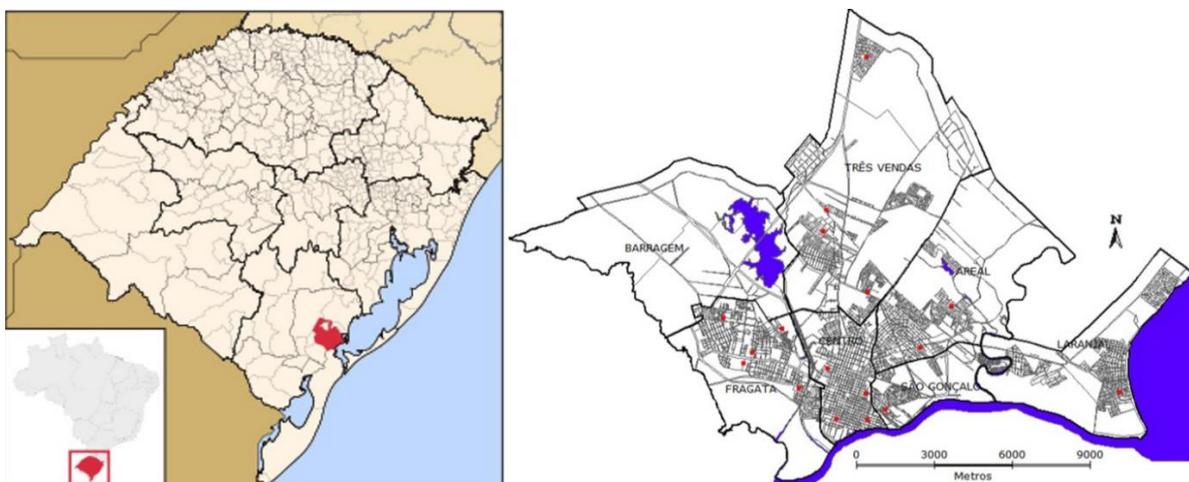


Figura 01: Localização do município e da área urbana de Pelotas. Fonte: Prefeitura Municipal de Pelotas, editado pelas autoras.

Em 1982 é instituído o tombamento municipal através da lei municipal nº 2708/82, que também previa ações como isenção de IPTU e possibilidade de transferência do direito de construir, medidas inovadoras para a época que foram revogadas por legislação posterior. (Almeida, Bastos, 2006, p. 101-102) Em 1983 é realizado o primeiro inventário, em um convênio entre, SPHAN – Pró-Memória, Prefeitura Municipal de Pelotas e o Curso de Arquitetura e Urbanismo da UFPel, limitando o

recorte espacial ao 1º loteamento urbano e temporal as edificações datadas entre 1830 e 1930. No final da década de 1990 um novo inventário foi realizado e estes estudos ampararam a proteção legal efetivada com a lei nº 4568/2000, que instituiu Zonas de preservação do Patrimônio Cultural – ZPPCs, e listou bens integrantes do inventário do Patrimônio Histórico e Cultural de Pelotas, preservando suas fachadas públicas e volumetria. Avançou timidamente na ideia de contexto, definindo a obrigatoriedade de manutenção de compatibilidade volumétrica e tipológica com os bens constantes do Inventário do Patrimônio Histórico e Cultural de Pelotas, as construções que lhes forem confrontantes pelas laterais. Atualmente conta com aproximadamente 1800 bens arquitetônicos no inventário do Patrimônio Histórico e Cultural, 11 bens tombados a nível municipal, 7 bens tombados a nível estadual e 6 bens tombados a nível Federal. Na esfera estadual, os tombamentos mais recentes são de 2012 com três edificações relacionadas à história do escritor regionalista João Simões Lopes Neto e uma edificação relacionada aos clubes de negros.

Em função deste importante acervo a cidade foi contemplada com ações do Programa Monumenta, entre 2001 e 2012, desencadeando inúmeras obras de recuperação e restauro do patrimônio edificado e o apoio à elaboração do atual Plano Diretor, visto a necessidade de relacionar o acervo arquitetônico histórico ao planejamento urbano. Mais recentemente a cidade foi eleita para a implantação e aplicação dos recursos provenientes do Plano de Ação para Cidades Históricas (PACH).

A Lei 5502/2008 que instituiu o III Plano Diretor incorpora os instrumentos do Estatuto das Cidades entendendo que a cidade deve ter uma função social, ou seja, pensada para o coletivo nas suas três dimensões, a social, a ambiental e a cultural. O Plano incorpora a preservação e o reconhecimento do patrimônio cultural como uma das bases fundamentais. A lei anterior, do II Plano Diretor, promulgada em 1980, havia sido elaborada com inspiração nos princípios modernistas, com um zoneamento de usos e ocupação do solo, que apesar de definir zonas como Paisagísticas Culturais atrelava à área central da cidade, local com a maior concentração de construções históricas o maior potencial construtivo permitido. Isto estimulou a demolição de parte do acervo existente.

O processo de elaboração do III Plano Diretor, iniciado em 2001, promoveu debates públicos para estabelecer as diretrizes do planejamento, e uma das ideias força

principais é justamente o Patrimônio Histórico. Aparece a Cidade Histórica e o manejo do Patrimônio Urbano, propondo dar dimensões urbanas e não apenas arquitetônicas ao patrimônio construído. Assim, em lugar do tradicional zoneamento de usos, o novo plano introduziu as Áreas Especiais de Interesse, em face de suas características e interesses públicos delas decorrentes, para serem objeto de tratamento especial, através de definição de normas de ocupação diferenciada, e criação de mecanismos de gestão para desenvolvimento das ações necessárias. As Áreas Especiais de Interesse do Ambiente Cultural são aquelas que apresentam patrimônio de peculiar natureza cultural e histórica, que deva ser preservado. Nestas, o potencial construtivo foi diminuído, aliviando a pressão imobiliária e promovendo maior valorização do patrimônio. Foi aplicado assim o modelo da reabilitação, onde o poder público deixa de desempenhar um papel negativo, de apenas impor restrições à descaracterização, e passa a articular projetos de desenvolvimento para as áreas a serem preservadas/ conservadas/ revitalizadas. A delimitação das áreas especiais induz à elaboração de planos de preservação específicos. Esta é a integração entre o planejamento macro e o planejamento para as chamadas “áreas históricas”. Esse desafio deve ser respondido mediante estratégias de “contaminação”: trata-se de impregnar o Plano Diretor com a ideia da conservação; e de impregnar o “plano especial para as áreas históricas” com a ideia da dinâmica urbana. Os Planos Diretores devem induzir a mudança do cenário atual de nossas cidades, através da reabilitação urbana, integrando as políticas de patrimônio e as políticas urbanas, a proteção ao patrimônio cultural, ambiental urbano e as técnicas urbanísticas.

Nesse contexto de, primeiramente, buscar reconhecimento e proteção do conjunto de bens culturais e posteriormente discutir e implementar novas formas de proteção como os inventários e a incorporação da preservação no Plano Diretor a universidade tem assumido um papel importante. A tradição acadêmica no que se refere à produção de conhecimento sobre o patrimônio cultural da cidade é propiciado pela existência de dois cursos de Arquitetura e Urbanismo, da Universidade Federal e da Universidade Católica, com um corpo docente qualificado e mais recentemente com a criação dos cursos de graduação em Museologia e Conservação e Restauro e de pós-graduação em áreas fins. Mais especificamente o Curso de arquitetura da Universidade Católica, em face do seu caráter comunitário,

além da produção de conhecimento tem atuado, através da documentação arquitetônica, como um elo entre teoria e prática no embasamento de ações de preservação.

A EXPERIÊNCIA DO CURSO DE ARQUITETURA E URBANISMO DA UCPEL NA PRESERVAÇÃO PATRIMONIAL.

O Curso de Arquitetura e Urbanismo da UCPEl, presente no contexto pelotense desde o início dos anos 1990, trabalha o tema do Patrimônio Cultural Arquitetônico amparado na teoria e na prática em seu papel como instituição de ensino superior. Na teoria pelo projeto pedagógico do curso, que destaca o “processo de construção de uma identidade da Arquitetura e Urbanismo local, regional, nacional e global, através da conservação e valorização do patrimônio construído”. Na prática pelo caráter comunitário da Universidade através de uma abordagem integrada entre ensino, pesquisa e extensão. Nesta perspectiva a atuação do curso parte de uma estrutura interdisciplinar, destacando os aspectos teóricos, tecnológicos e de projeto do patrimônio cultural arquitetônico. Teóricos a partir das disciplinas de História e Teoria e de Técnicas Retrospectivas, tecnológicos, a partir da Tecnologia da Construção e de projeto, a partir do projeto arquitetônico e urbano. O objeto de estudo, inserido nessas disciplinas, nasce de demandas da comunidade, para a definição do acervo a documentar, e retorna para a mesma comunidade, como contribuição da universidade para a preservação dos bens.

Desta forma a metodologia organizada pelo curso procura destacar o papel da documentação arquitetônica para além de apenas um instrumento de conhecimento, mas como uma ferramenta capaz de auxiliar na preservação. Esta metodologia foi sendo construída na prática a partir dos trabalhos realizados ao longo dos últimos anos e consiste em trabalhar em função de uma demanda real para gerar um produto que possa retornar a comunidade com um propósito específico, seja para ações de proteção ou de intervenção. Pode ser abordada através de três etapas: O objeto, o estudo e o produto.

O objeto, conforme já destacado, parte de demandas reais da comunidade quer seja do poder público ou de particulares. A definição e a delimitação dele permitem organizar e gerenciar a forma de abordagem e o prazo de desenvolvimento do

trabalho. Ao longo dos anos já foram levantadas edificações protegidas nas diferentes esferas. Em 2012 foram a Cotada S. A (Inventário Municipal) e o Castelo Simões Lopes (Tombamento Estadual). Em 2013 o Almojarifado Municipal (Inventário Municipal) e a antiga Câmara de Vereadores (Inventário Municipal). Em 2014 o Teatro Guarany (Inventário Municipal) e o Instituto João Simões Lopes Neto (Tombamento Estadual). Entre 2015 e 2016 foram a casa do João Simões Lopes Neto, Palacete Payssandu (Tombamento Estadual), o Clube Caixeiral (Inventário Municipal) e o Palacete Antunes Maciel, Reitoria da UCPel, (Inventário Municipal). (Figura 02) Atualmente o trabalho está sendo realizado no edifício Santa Margarida, pertencente ao Campus da UCPel, (Inventário Municipal). Dos objetos estudados alguns são edificações privadas que se tornaram públicas como a Cotada e o Castelo Simões Lopes, mas a grande maioria é pertencente a instituições ou propriedade privada, contado assim, na maioria dos casos, já com uma destinação específica para a documentação resultante.



Figura 02: Edificações trabalhadas pelo curso de arquitetura e urbanismo. Fonte: Acervo do curso de arquitetura e Urbanismo da UCPel editado pelas autoras.

O estudo do objeto é integrado ao processo de ensino configurando ao mesmo tempo atividade obrigatória das disciplinas e atividade de extensão. Com isso valoriza-se tanto o aspecto do conhecimento como do prático da documentação arquitetônica. A abordagem é interdisciplinar focada nos aspectos teóricos, tecnológicos, urbanos e arquitetônicos da construção, como já destacado. Nas disciplinas de projeto arquitetônico e urbano são realizados os levantamentos e estudos histórico-cadastrais e propostas de intervenção. Na disciplina de tecnologia da construção é complementado junto ao levantamento o diagnóstico do estado atual das construções, suas patologias e possíveis tratamentos para cada caso. Na disciplina de técnicas retrospectivas são trabalhados os aspectos teóricos do

restauro, com a elaboração de uma carta de intenções quanto à edificação e o auxílio ao diagnóstico através do estudo a técnica construtiva.

Cada objeto é trabalhado ao longo de um semestre letivo, em alguns casos são necessários dois semestres em função da construção e do número de docentes. Ao final de do processo o objeto estudado e diagnosticado é convertido em um produto a ser disponibilizado e encaminhado à comunidade ou gestor responsável e serve de base de proposta de intervenção urbana e arquitetônica desenvolvidas pelos alunos. O produto final corresponde a um levantamento histórico-cadastral e relatório de patologias da construção, um levantamento urbano da área de entorno e propostas de intervenção tanto arquitetônicas como urbanas. A configuração dos trabalhos foi evoluindo ao longo dos anos, fruto da necessidade de adaptação e qualificação dos estudos e do produto. O relatório de patologias, por exemplo, foi incluído mais recentemente pela possibilidade de integrar mais disciplinas e aprofundar a leitura da edificação. (Figura 03)



Figura 03: Exemplo de prancha do levantamento histórico-cadastral e do relatório de patologias.

Fonte: Acervo do curso de arquitetura e Urbanismo da UCPel editado pelas autoras.

Os estudos possibilitaram a atuação sob os diferentes objetivos da documentação em si, o conhecimento e a preservação, e em virtude de sua relação com as demandas da comunidade cabe destacar o seu papel como instrumento de preservação. Os levantamentos e diagnósticos elaborados pelo curso, além de contribuírem para aprendizado prático dos discentes e para o conhecimento do acervo de bens também embasaram a proteção de bens e serviram de apoio para ações de intervenção. Abaixo um quadro destacando cada trabalho, os produtos

resultantes entregues aos gestores responsáveis e a finalidade ou resultado da ação. Pelo quadro pode se perceber que boa parte dos trabalhos estão destinados a auxiliar nas intervenções nas edificações. Em algumas de maneira mais efetiva, pois estão em processo de restauro, quer na captação de recursos, como é o caso do Instituto Simões Lopes, ou em ações pontuais para garantir sua integridade, como no caso do Teatro Guarani ou do Clube Caixeiral. (Figura 04)

EDIFICAÇÃO	PROPRIEDADE	PRODUTOS	FINALIDADE
Cotada	UFPel	Levantamentos urbano e arquitetônico. Propostas de intervenção.	Serviu de base para a reciclagem da edificação.
Castelo Simões Lopes	Prefeitura Municipal	Levantamento urbano e arquitetônico. Propostas de intervenção.	Serviu de referência para a Lei de uso criativo (Municipal)
Almoxarifado Municipal	Prefeitura Municipal	Levantamento urbano e arquitetônico. Propostas de intervenção.	Levantamento encaminhado ao órgão responsável
Antiga Câmara de Vereadores	Particular	Levantamento urbano e arquitetônico. Propostas de intervenção.	Levantamento encaminhado ao órgão responsável
Teatro Guarany	Particular	Levantamento urbano e arquitetônico. Propostas de intervenção. Relatório de patologias.	Base para intervenções na edificação.
Instituto João Simões Lopes Neto	Particular	Levantamento urbano e arquitetônico. Propostas de intervenção. Relatório de patologias.	Base para intervenções na edificação.
Palacete Payssandu	Particular	Levantamento urbano e arquitetônico. Propostas de intervenção. Relatório de patologias.	Levantamento encaminhado ao órgão responsável
Clube Caixeiral	Particular	Levantamento urbano e arquitetônico. Propostas de intervenção. Relatório de patologias.	Base para intervenções na edificação.
Reitoria da UCPel	UCPel	Levantamento urbano e arquitetônico. Propostas de intervenção. Relatório de patologias.	Levantamento encaminhado ao órgão responsável

Figura 04: Quadro resumo com a indicação dos produtos entregues de cada trabalho e a sua destinação atual. Fonte: Elaborado pelas autoras.

Do ponto de vista urbanístico na disciplina de Projeto de Urbano II procura relacionar o Planejamento Urbano com Preservação do Patrimônio Histórico Arquitetônico. Apesar do reconhecimento da importância do contexto urbano onde está inserido o patrimônio arquitetônico ter sido revelado desde o tombamento dos primeiros sítios urbanos no país, sabe-se que a conservação do patrimônio cultural urbano inserida na atividade de planejamento das cidades é recente. Por isso a Universidade

procura cumprir seu papel para a fundamentação teórica na prática do ensino, fornecendo o conhecimento para a formação profissional.

A gestão da Conservação Integrada surgiu da convergência de duas matrizes de pensamento do planejamento urbano e territorial contemporâneo: a conservação integrada, formulada inicialmente pelo urbanismo progressista italiano dos anos 1960/70, e que encontrou sua expressão maior no Manifesto de Amsterdã, de 1975; e o desenvolvimento sustentável, elaborada a partir dos preceitos apresentados pela Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento e que levou à Agenda 21 e a seus desdobramentos urbanos. A conservação integrada apresenta contribuições teóricas e práticas mais antigas e consolidadas, especialmente aquelas das teorias da conservação e do restauro da arquitetura e da obra de arte. Por sua vez, o desenvolvimento sustentável restabeleceu a visão de longo prazo, mostrou a importância da relação intergerações, e enfatizou a importância do planejamento multidimensional da cidade, segundo os preceitos de uma nova ética a respeito da conservação ambiental e da equidade social. A conservação integrada é um princípio fundamental do desenvolvimento sustentável urbano, especialmente porque considera a cidade como um artefato histórico-cultural que estabelece o nexo entre as gerações. Além disso, recuperar o patrimônio construído significa promover a sua reutilização e otimizar a infraestrutura instalada.

O conceito de gestão é importante tendo em vista a responsabilidade pública e privada com o patrimônio construído, a irreversibilidade de sua eventual destruição, a necessária alocação de recursos bem como a necessidade de processos de negociação em participação social e política na tomada de decisões para o planejamento urbano contemporâneo. A Gestão da Conservação Integrada Urbana e Territorial é um campo disciplinar cuja ideia central é a de Patrimônio Ambiental Urbano, na qual se aproximam três campos: o da preservação do patrimônio, o do planejamento urbano e o da preservação ambiental de modo a formar uma prática planejada de ação pública para a conservação e o desenvolvimento das cidades contemporâneas.

Assim, o ensino sobre a conservação integrada apresenta-a como um processo dialético entre a intenção de proteger o patrimônio cultural edificado e a necessidade de desenvolvimento e planejamento, por meios jurídicos, administrativos, financeiros e técnicos. É apresentado o Plano Diretor Municipal como instrumento máximo da

política urbana, no qual devem estar previstos os meios de proteção ao patrimônio histórico, e o Plano de Preservação, proposto pelo IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, como instrumento complementar para as áreas especiais. Além do conjunto de conceitos e teorias, na disciplina de Projeto de Urbano II é proposto um exercício prático de requalificação urbana e/ou revitalização de um sítio, com recomendações de desenho urbano como apoio à preservação do patrimônio edificado. A gestão das cidades é um grande desafio para garantir a conservação patrimonial. A discussão do bem tombado necessariamente passa pelo entorno e pela proteção da paisagem urbana. (Figura 04)



Figura 05: Exemplos de propostas de intervenção urbana desenvolvidas pelo curso. Fonte: Acervo do curso de arquitetura e Urbanismo da UCPel editado pelas autoras.

A atuação do curso no âmbito arquitetônico e urbano, a partir de seus trabalhos de documentação arquitetônica, possibilitou a configuração de um projeto de extensão de apoio a práticas patrimoniais e a parceria com o poder pública na escala urbana. O projeto de extensão tem o objetivo de organizar uma base de apoio aos diversos agentes envolvidos no tema da preservação do patrimônio. E inserido nele, a parceria com a Prefeitura Municipal, por intermédio da Secretaria de Cultura, para a atualização do acervo de bens arquitetônicos do Inventário do Patrimônio Histórico Cultural de Pelotas. Nesta ação estão sendo levantadas e atualizadas as

informações aproximadamente 1800 construções, com objetivo de subsidiar futuras ações do poder público. A experiência desenvolvida no Curso de Arquitetura e Urbanismo tem permitido no âmbito da academia relacionar os aspectos teóricos a prática, e no âmbito da documentação arquitetônica configurar e verificar o seu uso como instrumento de preservação. As reflexões sobre as atividades desenvolvidas possibilitaram qualificar o processo e avaliar seus resultados.

AS REFLEXÕES SOBRE A PRÁTICA: A DOCUMENTAÇÃO ARQUITETÔNICA COMO INSTRUMENTO DE PRESERVAÇÃO PATRIMONIAL

O papel da documentação arquitetônica como ferramenta de preservação está amparada na teoria em documentos com a Carta de Restauro e os escritos dos teóricos e, na prática pelos diversos trabalhos realizados que embasaram medidas de preservação e ações de intervenção nos mais diversos pontos do país. A reflexão a partir de sua prática permite uma compreensão e uma avaliação do processo e de seus resultados, tanto no aspecto metodológico como para a caracterização de um caso específico. Assim tendo como foco a atuação do Curso de arquitetura e urbanismo da UCPel é possível, dentro de seu contexto e pelo tempo de atividade, destacar algumas considerações quanto à metodologia e a prática.

Em termos metodológicos o trabalho permitiu abordar a metodologia em si e a sua inserção no ensino e no contexto local. Pela metodologia possibilitou identificar as carências dos levantamentos, como a necessidade de incorporar um relatório de patologias para complementar o diagnóstico da documentação voltada a ações de intervenção. A inserção no ensino criou a necessidade de uma adaptação das atividades ao cronograma e limitações do meio acadêmico, como os prazos e quantidade de discentes. Mas a destinação como um produto a ser disponibilizado qualificou o material produzido nas diferentes disciplinas e o trabalho em equipe dos alunos. Quanto à inserção no contexto a adequação as particularidades e a realidade local mostraram como os diferentes cenários de preservação no país ainda podem ser muito mais explorados. Como exemplo tem-se a identificação das técnicas construtivas e suas patologias que podem variar significativamente de uma região a outra em função da distância dos centros fundadores do país e do seu tempo de colonização.

Em termos da prática a atuação do Curso de Arquitetura e Urbanismo se mostrou bem-sucedida pelos produtos disponibilizados, para com os discentes e para destacar o papel da documentação arquitetônica na preservação do patrimônio na cidade. Quanto aos produtos o aumento da demanda de trabalho possibilitou sua melhor inserção no contexto de ensino e a estruturação de um projeto de extensão denominado Projeto de Apoio as Práticas Patrimoniais. A recente parceria com a Prefeitura Municipal de Pelotas para a atuação em escala urbana na atualização do Inventário do Patrimônio Histórico Cultural de Pelotas indica a importância. Em termos de ensino possibilitou aos discentes uma visão mais abrangente do tema da preservação do patrimônio arquitetônico, com a sua inserção nos aspectos práticos do campo, na busca da relação entre teoria e prática e no cumprimento de seu papel como cidadão. Como ferramenta de preservação na cidade os diversos trabalhos realizados cumpriram um papel importante, desde a sua escolha a partir de demandas reais até a apropriação deles para amparar ações específicas. A documentação mais do que preservar a memória do bem mostrou seu caráter prático na instrumentalização de intervenções e processos de salvaguarda.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Liciane Machado; BASTOS, Michele de Souza. A experiência da cidade de Pelotas no processo de preservação patrimonial. **Revista CPC**. São Paulo, v.1, n.2, p.96-118, maio/out. 2006.

AMORIM, Ariovaldo Leão de. **Patrimônio virtual e história digital: essência e Representação**. In: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO, I. 2010, Rio de Janeiro. Anais. Rio de Janeiro: PROURB, 2010.

CONGRESSO DO PATRIMÔNIO EUROPEU, 1975, Amsterdã. **Declaração de Amsterdã**: Carta Europeia do Patrimônio Arquitetônico. Estrasburgo: Conselho da Europa, 1975. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=246>>. Acesso em: 29 abr. 2017.

GONZÁLEZ-VARAS, Ignacio. **Conservación de bienes culturales**: teoría, história, principios y normas. Madrid: Cátedra, 2000.

MINISTÉRIO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA. **Carta de Restauo**. Roma: 1972.

PELOTAS. **Lei 4.568 de 2000**. Declara área da cidade como zonas de preservação do Patrimônio cultural de Pelotas – ZPPCs – lista seus bens integrantes e dá outras providências. Disponível em: www.pelotas.com.br. Acesso em: 29 abr. 2017.

PELOTAS. **Lei No 5.502, de 11 de setembro de 2008**. Institui o plano diretor municipal e estabelece as diretrizes e proposições de ordenamento e desenvolvimento territorial do município de Pelotas e dá outras providências. Disponível em: <http://www.pelotas.com.br/politica_urbana_ambiental/planejamento_urbano/III_plano_diretor/lei_iii_plano_diretor/arquivos/lei_5502.pdf>. Acesso em: 29 abr. 2017.

ROLNIK, Raquel; PINHEIRO, Otilie Macedo. **Plano diretor participativo, guia para a elaboração pelos municípios e cidadãos**. Brasília: Ministério das Cidades, 2004.

OLIVEIRA, Ana Lúcia Costa de. (coord). **Inventário Arquitetônico da Cidade de Pelotas séc. XIX e XX**. Relatório técnico - Núcleo de Estudos de Arquitetura Brasileira e Prefeitura Municipal de Pelotas, 1989.

OLIVEIRA, Mário Mendonça de. **Origens e evolução da prática de documentação arquitetônica, inclusive no Brasil**. In: II SEMINÁRIO NACIONAL DE DOCUMENTAÇÃO DO PATRIMÔNIO ARQUITETÔNICO COM O USO DE TECNOLOGIAS DIGITAIS. 2012, Belém. Anais. Belém: UFPA, 2012. Disponível em: <https://www.yumpu.com/pt/document/view/13036702/origens-e-evolucao-da-pratica-de-documentacao-arquitetonica>. Acesso em: 29 abr. 2017.

VARGAS, Heliana Comin. **Intervenções em centros urbanos: objetivos, estratégias e resultados**. Barueri, SP: Manole, 2009.

VIOLLET-LE-DUC, Eugène Emmanuel. **Restauração**. Trad. Beatriz Mugayar Kühl. Cotia: ed. Ateliê Editorial, 2000. Coleção Artes & Ofícios.

ZANCHETI, Sílvio Mendes. **A Experiência do CECI com Programas de Ensino na Gestão da Conservação Integrada**. Centro de Estudos Avançados da Conservação Integrada: Olinda, 2007. depois): Olinda, 2017.